

EDITORIAL

A *Educação em Revista* tem o prazer de publicar o número especial, volume 21, com o objetivo de apresentar resultados de pesquisas e promover reflexão crítica sobre os temas Direitos Humanos, Gênero e Diversidade Sexual, apresentando ao leitor e à leitora nove artigos:

Em “Direitos Humanos, educação e diversidade sexual” Cláudia Mansani Queda de Toledo e Lúcia Helena Polleti Bettini colocam a Declaração Universal dos Direitos Humanos votada e aprovada em 1948 na posição de um “avanço inédito de conciliação dos ideais liberal e social”. Amparadas no reconhecimento da universalidade e indivisibilidade dos Direitos Humanos, sustentam a necessidade de que todas as “condutas homotransfóbicas” – por aversão aos homossexuais e demais integrantes do grupo LGBT – sejam definidas em lei penal já existente.

“Direito, jornalismo, educação e gênero: a eficácia das normas programáticas por meio das políticas públicas”, de autoria de Rosana Maria Pires Barbato Schwartz, Lúcia Helena Polleti Bettini e João Clemente de Souza Neto, resgata a importância das Conferências da ONU para a construção da justiça, liberdade e igualdade de gênero. Cientes de que a legislação ou os acordos internacionais não são suficientes para efetivar os direitos fundamentais, os autores abordam a importância que tiveram (e ainda têm) o direito, a imprensa e a educação para a implementação de normas programáticas. A educação, em particular, aparece como principal veículo de luta contra a opressão das mulheres.

Em “Políticas educacionais e gênero: desafios e polêmicas atuais” Jamilly Nicácio Nicolete, Elaine Gomes Ferro e Jorge Luís Mazzeo Mariano apresentam uma reflexão acerca do conceito *gênero* e das consequências negativas resultantes da exclusão deste debate nas escolas. Tomado como inimigo da família tradicional e desprezado, o conhecimento científico na área desvela o preconceito de gênero cujas formas – nada sutis – são pontualmente destacadas no texto.

Em estilo coloquial Jamilly Nicácio Nicolete denuncia, em “Machismo e violência de gênero: IMAGINA NA COPA” a impunidade dos homens e a violação dos direitos das mulheres na Rússia – país onde a condição da mulher encontra ainda mais desconforto que no Brasil. Além de impedir que as mulheres assumam algumas funções e empregos específicos, a legislação de alguns países (seguindo a crescente onda de conservadorismo) tende a descriminalizar a violência doméstica e, deste modo, o Estado não protege esta população em situação de risco.

<https://doi.org/10.36311/2236-5192.2020.v21esp.01.p5>

Marcos Antônio Bessa-Oliveira e Marcela dos Santos Ortiz apresentam reflexões acerca da exclusão das discussões relativas a gênero nas escolas e na BNCC a partir do referencial epistemológico descolonial no artigo “BNCC – caminhos e (im) possibilidades para gênero: porque a educação escanteou as mulheres e seus corpos?” Segundo o autor e a autora, o cenário político conservador busca a invisibilidade feminina e de todos os demais sujeitos que se diferem do padrão hegemônico europeu, heterossexual, de classe média.

No texto intitulado “Infância, escola e família: cuidado e proteção de crianças em situação de risco em lares de pais dependentes de drogas” Ione da Silva Cunha Nogueira, Silvana Alves da Silva Bispo discutem os limites da proteção oferecida às crianças por parte da legislação vigente. Entrevistas com a equipe gestora de uma escola periférica permite compreender os motivos pelos quais a escola – em alguns momentos – teme denunciar violações aos direitos das crianças.

Em “Emancipação da mulher, formação integral e contribuições da expressão musical” Ana Laura Bonini Rodrigues de Souza, Mariane dos Santos Gomes e Vandêi Pinto da Silva defendem a atuação das escolas para a formação integral do aluno e para assegurar as conquistas históricas das lutas feministas na sociedade contemporânea. Assim, destaca a importância da educação musical para a sensibilização e para a humanização do processo educativo.

No texto intitulado “Apoio e rede social dos cuidadores de crianças com deficiências”, Giselia Gonçalves de Castro, Adriana Santos Camargos e Glória Lúcia Alves Figueiredo apresentam resultados de uma pesquisa que entrevistou trinta e oito cuidadores(as) de crianças com deficiência neurológica e constatam: o nascimento da criança nem sempre motiva o divórcio dos pais; as mães são as principais cuidadoras, vivenciam quadros depressivos caracterizados pelo distanciamento do mercado de trabalho, baixa escolaridade e déficits na qualidade de vida. Contam com o apoio religioso, mas a assistência prestada - focada no deficiente - nem sempre atende aos familiares que poderiam beneficiar-se de uma rede social de cuidadores.

Num momento em que muitos temem um avanço da direita autoritária, Eunice Macedo e Alexandra Carvalho oferecem elementos para se pensar o clima de perda de confiança nas instituições políticas representativas no artigo “‘Democratizar a democracia’: debate em torno de encontrar *lugar*”. As autoras recusam-se a ingenuamente enaltecer a democracia representativa e atentam aos constrangimentos sociais, à fragilidade das relações que unem os cidadãos ao poder executivo, à necessidade de fóruns nos quais cidadãos e representantes políticos possam avaliar as políticas públicas, impedimentos informais (como gênero e etnia) para a paridade na participação – dentre outros. Assim, delineiam os ideais da “democracia comunicativa inclusiva” e das “arenas discursivas” onde grupos silenciados poderiam pronunciar-se e construir significados sobre o mundo.

O artigo “Chuka rompe el silencio en Argentina. Una experiencia educativa contra la violencia de género desde la Universidad Nacional de Quilmes”, escrito por Lucila Mezzadra e Matías Penhos, busca avaliar os resultados de ações que visam promover a igualdade de gênero, o empoderamento de mulheres e meninas. Deste modo, destacam o vídeo game Chuka rompe o silêncio, cujo desenvolvimento inicial esteve integralmente a cargo de profissionais mulheres (o que dificilmente ocorre na indústria de vídeo games), e o projeto de extensão universitária da Universidad Nacional de Quilmes (Argentina) *Levanta la mano* que combate a violência de gênero. Embora as propostas sejam inovadoras e criativas, segundo a avaliação dos autores, os resultados ficaram aquém do desejado.

Desejamos a todos (as) uma boa leitura!

Tânia Suely Antonelli Marcelino Brabo
Organizadora

